

Deputado quer votar anistia em duas partes

Das Sucursais de Brasília
e Porto Alegre

A proposta do deputado José Lins (PFL-CE) de dividir em duas partes a votação da fusão das emendas que sugere o cancelamento da correção monetária das dívidas dos micro e pequenos empresários tem encontrado receptividade "de todos os lados" (autores das emendas e lideranças do governo), segundo seu autor. O deputado —um dos principais articuladores do Centrão—, disse à Folha que a proposta será apresentada oficialmente na reunião marcada para hoje à tarde e sua redação deve ser negociada no que se refere à definição de pequena e média empresa e na destinação dos benefícios para as regiões Norte e Nordeste, em relação ao resto do país.

Um dos autores das emendas, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), diz considerar "positiva" a proposta de José Lins porque ela separa os pontos de consenso entre os parlamentares daqueles que encontram maior resistência. Segundo a idéia de Lins, a primeira votação decidiria apenas a anistia para as dívidas dos micro empresários urbanos e pequenos produtores rurais. Isto aprovado, seria colocada em votação a anistia para os pequenos produtores urbanos e médios produtores rurais, que, se não obtivesse maioria dos votos, seria novamente colocada para apreciação do plenário. Desta vez, entretanto, ao invés do cancelamento total da correção monetária seria proposta uma redução percentual (uma espécie de desconto), cujo índice seria negociado.

"É bom que a votação seja separada", diz o senador Mansueto, "porque uma parte das esquerdas faz objeção à inclusão dos médios produtores rurais no texto". Independente desta virtual oposição à segunda parte da emenda, ele "não tem dúvida" de que ela será aprovada na íntegra. Apesar disso, o senador afirma que "em última análise" poderia ser negociado um desconto de até 50% da correção monetária para os médios produtores rurais. "Não podemos ser irreduzíveis na negociação de uma proposta razoável", pondera.

Os produtores rurais gaúchos estão prontos para ingressar na Justiça para garantir a extinção da correção monetária sobre os empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado e para isso contarão com o apoio jurídico da UDR (União Democrática Ruralista). A decisão foi anunciada ao término do 25º Congresso de Economia Orizícola, em Uruguaiana (a 634 km de Porto Alegre), que contou com 1.600 participantes. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que falou no encerramento, criticou o ministro Mailson da Nóbrega por estar pregando o "terrorismo fiscal".